

EDITORIAL

Cadernos de Pós-Graduação, v. 22, n. 2, 2023

O segundo semestre de 2023 foi marcado por uma série de acontecimentos na área da Educação que interferem diretamente no trabalho político-editorial que realizamos, na medida em que se procura estabelecer uma relação constante e profícua com a Educação Básica.

Nessa direção, no exame que realizamos das políticas educacionais em curso na atualidade, com a recomposição do Fórum Nacional de Educação, do Ensino Médio nos preocupa, sobretudo, a divulgação das informações produzidas pelo Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), em 2022, que dão conta que os cerca de cinco milhões dos alunos que ingressaram nos cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior públicas ou privadas, 17% fizeram a escolha por licenciaturas, sendo que 64% frequentam os cursos de ensino a distância (EAD), em sua ampla maioria, matriculados em instituições privadas.

As licenciaturas em Pedagogia são as mais procuradas e as de Física têm a menor demanda. Os dados do Inep, também, evidenciam que no ensino fundamental e médio, ainda há muitos professores sem a formação adequada às disciplinas que lecionam, em todas as áreas.

Essas informações são inquietantes e nos colocam diante do desafio que os programas de Pós-graduação da área da Educação e os seus veículos de divulgação dos estudos e pesquisas têm que assumir para contribuírem, ao seu modo e de acordo com as suas especificidades, com a superação das problemáticas que envolvem os processos de formação de professores da Educação Básica e a construção de políticas que favoreçam o ingresso e a valorização da carreira do magistério no Brasil.

Tais reflexões estão em sintonia com os mecanismos de avaliativos dos Programas de Pós-graduação em Educação, que precisam considerar o contexto social, histórico, político e educacional nos quais estão inseridos, o envolvimento com os egressos, a maneira pela qual as relações, a "inovação" e o "impacto" que estabelecem com a Educação Básica poderão ser mensurados na ficha de aferição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para nós da revista Cadernos de Pós-graduação esses quesitos se mostram sempre presentes no desenvolvimento da política editorial que realizamos, pois, as páginas do periódico estão abertas, prioritariamente, para a publicação dos manuscritos dos estudantes e dos egressos, como, também, temos tido uma preocupação constante com as temáticas envolvendo a formação de professores, a visão crítica e propositiva do uso das chamadas novas tecnologias e do ensino a distância, com a

difusão de experiências educacionais e práticas pedagógicas que são realizadas nas mais diferentes regiões do país.

Estamos cientes de que essas contribuições procuram traduzir o processo de construção da identidade e os compromissos da revista Cadernos de Pós-graduação com a valorização e o fortalecimento da Educação Básica brasileira. Nesse contexto, apresentamos a seguir as publicações que compõem este número.

Iniciamos com o artigo de Gabriela da Silva Mendes e Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, intitulado *Uma Análise Histórica Sobre a Trajetória Dos Direitos Das Mulheres no Brasil*, que traz uma reflexão sobre a questão da conquista da cidadania pelas mulheres no Brasil, no transcorrer do século XX, examinando as contribuições do Movimento Feminista no processo de luta pela garantia da cidadania e igualdade de gênero. Foi utilizada para a composição da pesquisa a metodologia de revisão bibliográfica de artigos publicados de 1990 a 2020. O material foi obtido através de sites de busca e bibliotecas virtuais, tais como *Google Acadêmico* e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Os descritores empregados foram Direitos das Mulheres, Igualdade e Movimento Feminista. Os autores localizaram 105 artigos, dos quais selecionaram 20 que estavam relacionados a um dos descritores e oito que tratavam de discussões acerca dos três descritores. Após exploração do material concluiu-se que depois de quase setenta anos de conquista do direito ao voto, a mulher brasileira ainda não desempenha, de modo pleno, seus direitos enquanto cidadã, haja vista a prevalência de valores e práticas sociais marcados pelos limites da dominação masculina.

Em *As propostas de formação integral do Instituto Federal de São Paulo: do documento base de 2007 aos currículos de referência de 2019*, Celso Carvalho e Layla Crist Lima estimam a forma como o Instituto Federal de Educação de São Paulo (IFSP) elabora seus currículos de referência em meio aos processos reformistas, que desde a década de 1990 vem ocorrendo na educação, com o objetivo de preparar os jovens para o mercado de trabalho, marcados pela pedagogia das competências. O estudo baseou-se num vasto levantamento e posterior análise de dispositivos legais que subsidiam e orientam as reformas curriculares educacionais. A saber, conforme a ordem em que aparecem no texto: a Base Nacional Comum Curricular de 2017; Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio de 2007; Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; Resolução nº 163, de 28 de novembro de 2017; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL/CNE/CEB) de 2012; Resolução nº 6/2012; Lei nº 11.892/08; Parecer nº 11/2012; Resolução nº 37/2018 do IFSP; Resolução nº 37/2018; Resolução nº 62, de 07 de agosto de 2018; Instrução Normativa Nº 002 - PRE/IFSP, de 14/05/2019; Lei nº 13.415/2017; Resolução IFSP-CONSUP nº 37 de 2018; Instrução Normativa IFSP-PRE nº 002 de 2019 (IN-002/19)

e Projeto Político Institucional (PPI) do IFSP.

Por fim, em razão da autonomia administrativa que o Instituto Federal possui, procurou-se moldar os currículos conforme seus princípios identidade e valores, fundamentado em conhecimentos essenciais que propõem a diversidade no processo de formação, em concepções relacionadas ao trabalho como princípio educativo e a formação integral.

O texto de Simone Eliane dos Santos Pessanha e de Maurício Pedro da Silva, *O papel do professor face à literatura com crianças da educação infantil no contexto escolar*, versa sobre a mediação do(a) professor(a) com a literatura infantil para crianças pequenas daquele segmento escolar, como indicado no título.

A discussão sobre a relevância de a literatura infantil ser trabalhada com crianças pequenas, a partir da mediação e prática docente, é feita com base nas ideias de Abramovich (1995), Parreiras (2012), Fonseca (2012), Lajolo (2006), Munanga (2005), Debus (2017) e da BNCC (Brasil, 2017). Os autores apontam que cabe ao professor(a) utilizar estratégias diversificadas para que o momento da leitura seja mais significativo, possibilitando contribuir na formação das crianças.

Dessa forma, as práticas empregadas devem despertar o conhecimento, possibilitar o estímulo da leitura na infância, visando à formação leitora e cidadã, visto que é necessário que haja compreensão sobre aquilo que foi lido, seja por meio de um texto ou por imagens.

A pesquisa de Hélio Rodrigues dos Santos e Geraldo Eustáquio Moreira, *Educação escolar quilombola: ratificação, confirmação e validação*, através de investigações bibliográfica e documental, discorre acerca das políticas educacionais que orientam a Educação Escolar Quilombola. A Educação Escolar Quilombola é uma política de reconhecimento aos grupos étnicos e sociais que por séculos encontraram-se à margem da sociedade, é a materialização dos grupos sociais esquecidos que lutam pela garantia de uma educação identitária. Partindo do I Primeiro encontro de comunidades negras e rurais, que aconteceu em 1986, em São Luís, no Maranhão, o artigo especifica os principais marcos e leis da educação quilombola, entre elas a Constituição Federal de 1988, a Lei 10639 de 2003, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais, de 2007, chegando ao Plano Nacional de Educação de 2014.

As leis encontram-se num contexto em que ainda se faz necessário construir modos de entender e de operar a educação no sentido de garantir a efetivação de políticas públicas que contemplem os direitos desses povos. O cenário, a partir de 2023, com o retorno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA), assinala uma volta das esperanças, afirma o texto.

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi e Thais Danielle Camargo, em *Apropriação da linguagem*

escrita: estudo sobre a intervenção pedagógica no desenvolvimento iminente de crianças da educação infantil apresenta uma pesquisa que teve por objetivo investigar as fases da aquisição da escrita e o desenvolvimento iminente de crianças da educação infantil entre 03 e 04 anos de idade.

Para tanto foram combinados estudos bibliográficos e pesquisa de campo com crianças da faixa etária mencionada de um centro de educação infantil da rede municipal de ensino da uma cidade do sul do Paraná, matriculadas no ano de 2019. A perspectiva teórica adotada foi a da Teoria Histórico-cultural, desenvolvida por Lev Semyonovich Vigotski, Alexei Nikolaievich Leontiev e Alexander Romanovich Luria, na Rússia do início do século passado.

O instrumento de coleta de dados empíricos do estudo será por meio de intervenções pedagógicas, oferecendo propostas de leituras, acompanhado de atividades relacionadas às mesmas. Como conclusão, demonstrou-se que a aprendizagem obtida e o contato com o mundo da escrita ocorrem muito antes da criança frequentar a escola, haja vista que criança faz parte de uma sociedade grafocêntrica.

Para os estudos da Teoria Histórico-cultural e segundo as análises dos dados da pesquisa de campo, a figura do professor é fundamental para que o aprendizado da criança ocorra da melhor forma possível. Trabalhar com intervenções pedagógicas auxilia para que o aluno se desenvolva plenamente e avance nas fases do processo de aquisição de escrita.

O artigo de Gustavo Cunha De Araújo e Francisca Edivania Gadelha Dias, *Aquisição Da Aprendizagem De Maneira Lúdica: As Contribuições De Oficinas Pedagógicas Em Libras Para A Formação Docente*, estuda as contribuições de oficinas pedagógicas sobre didática de ensino para surdos, realizadas com acadêmicos e comunidade externa no município de Gurupi, estado do Tocantins.

A pesquisa foi motivada pelo fato de que ao concluir o curso de Libras, um dos autores do texto, passou a desenvolver atividades docentes e deparou-se com a extrema carência de materiais didáticos voltados ao público surdo. Foram levadas a efeitos, então, oito oficinas ao longo de 2021 e 2022, das quais participaram alunos(as) da Educação Básica e universitários, docentes e técnico-administrativos de uma instituição do ensino superior, além da comunidade externa.

Constatou-se ao final do ciclo de oficinas que os professores encontram dificuldades para capacitar em Libras pela falta de cursos de formação de professores e ações semelhantes que trabalhem com a temática, além da falta de materiais adequados em Libras para trabalhar com os estudantes.

O manuscrito de Patrícia Ortiz Monteiro e Claudio Gustavo Borges de Aguiar, *Pesquisas sobre representações sociais na região amazônica – Brasil*, investiga o panorama das pesquisas sobre as representações sociais na região amazônica, no Brasil, presentes em teses e dissertações disponibilizadas no banco de dados da Capes, considerando os trabalhos dos anos de 2017 a 2023. Discute

os achados da pesquisa a partir da Teoria das Representações Sociais.

Foram usados os seguintes descritores: “representações sociais e Carajás”, “representações sociais” AND “Amazônia”, “representações sociais” AND “florestas”, e “representações sociais e meio ambiente”. Foram localizados 131 trabalhos. Destes foram selecionados seis para uma leitura prévia, sendo quatro dissertações e duas teses.

Por meio do levantamento foi possível demonstrar como as representações sociais influenciam a forma como as comunidades locais e os profissionais da região percebem questões cruciais, como meio ambiente, educação e mudanças climáticas e quanto a produção sobre o tema é incipiente, alertando para a necessidade da realização de mais estudos.

Marcus Vinícius Costa da Conceição em seu artigo *Pão e Rosas* ou um estudo das relações sociais de sexo, discute os conceitos de trabalho e de relações sociais de sexo relacionando-os com o filme *Pão e Rosas* (2000) do cineasta britânico Ken Loach, que trata do processo de exploração e precarização do trabalho dos imigrantes no serviço de faxina e as implicações que esses elementos causam nas suas vidas. Primeiramente realiza uma breve discussão sobre como analisar um filme e as problematizações inerentes a isso e, em seguida, empreende um debate teórico com os conceitos a serem utilizados para analisar o filme. Indica, como conclusão, que ao oferecer modos de pensar e aprofundar o debate entre as temáticas baseados em uma ótica plural, pode ser um potente meio de reflexão sobre as dinâmicas sociais referentes às contradições do mundo social.

Em *O livro digital interativo e a subjetividade infantil*, Débora Necochea faz um trabalho de revisão de literatura e revisão teórica sobre o tema dos livros digitais partindo das contribuições de Lev Semenovitch Vigotsky, Roger Chartier e Roxane Rojo. Passando brevemente pela história do livro, de Gutemberg aos livros *app*, a autora analisa um livro infantil digital “Leo, o Leão”, em que são usadas palavras, sons e imagens para contar a história. Aponta que a leitura é um importante meio para a aquisição da escrita, pois ao lê-las e ouvi-las a criança compreende que é possível construir narrativas, expressar seus pensamentos, suas experiências e emoções. Esse estímulo é essencial para a educação e para o desenvolvimento infantil.

Giuseppe Ricardo Passarini, Edilson Moreira de Oliveira e Dawson Tadeu Izola fazem uma *Análise do uso da metodologia da mediação dialética e metodologias ativas durante a pandemia da covid-19*. Consideram as mudanças com as quais as escolas, os professores e os alunos tiveram que lidar durante a pandemia da covid-19 e o papel da Metodologia da Mediação Dialética (MMD) nesse percurso. Analisam o trabalho dos professores(as) em adaptar os saberes e as atividades ao ambiente digital, bem como as respostas dos(as) alunos(as) ao que foi proposto.

A pesquisa contou com revisão de literatura e levantamento das opiniões dos(as) alunos(as) dos cursos superiores de Engenharia Mecânica e de Produção em uma universidade privada no

interior de São Paulo, combinando métodos quantitativos e qualitativos de produção e análise de dados. O estudo mostrou que, frente ao cenário determinado pelo isolamento social, existem possibilidades de trabalhar o ensino de uma forma desafiadora e que possa mudar o conceito estabelecido para o desenvolvimento do aprender.

Danusa Mendes Almeida, Antonia Rozimar Machado e Rocha e Ivan Carlos Costa Martins em *A contribuição das pesquisas sobre a fase do associativismo para o estudo da organização e da ação coletiva docente* exploram as pesquisas sobre o associativismo docente para a investigação da organização e da ação coletiva dos professores da Educação Básica. É uma pesquisa bibliográfica, que selecionou 34 dissertações e teses sobre o tema nos sites da BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Verifica que, apesar de tratar-se de um campo de pesquisa ainda em fase de consolidação, os trabalhos na área têm contribuído para a conformação de novas perspectivas teórico-metodológicas para a investigação da organização e da ação coletiva docente, uma vez que existe uma tendência em indicar o período do associativismo como uma pré-história do movimento sindical docente.

O presente número da Cadernos, também, apresenta a avaliação de algumas publicações que foram realizadas na Área da Educação.

Aline Belle Legramandi realizou a resenha do livro organizado pela professora Rosemary Roggero - *Caixa de Pandora: Práticas Sociais de Gestão Educacional e de Gestão Escolar em Tempos de Pandemia* -, publicado em 2022. A obra é o quarto volume de uma série de estudos sobre gestão educacional, desenvolvidos por pesquisadores em formação no Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) da Universidade Nove de Julho.

Focaliza as práticas de gestão escolar e educacional na pandemia de Covid-19, explorando a interação entre educadores e comunidades, bem como os desafios enfrentados pelos gestores escolares diante das restrições e sob as diretrizes das autoridades educacionais e de saúde.

Ao final da análise dos 11 capítulos que compõem a obra, a autora da resenha aponta que os textos confirmam que durante a pandemia as desigualdades sociais ficaram mais evidentes no que tange a falta e dificuldades de várias famílias e escolas em lidarem com os recursos tecnológicos, ou a falta deles, tão usados durante a pandemia coo forma de garantir um mínimo de atividades escolares.

Em outra avaliação crítica que compõe o presente volume da Revista, Fernanda Aparecida dos Santos Carregari e José Eustáquio Romão, apresentam o livro *Portfólio: Pra que te quero?* de Denise Tonello, lançado em 2022 pela editora Pedro e João, de São Carlos.

Obra em dez capítulos que se dedica a analisar os conceitos de avaliação formativa, metacognição e documentação pedagógica para a construção de portfólios, que visam ratificar prática

pedagógica e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Traz, ainda, relatos e imagens de portfólios como modelos reais, oferecendo sugestões simples e possíveis de como se pode envolver as crianças maiores como coparticipantes do processo de avaliação de suas aprendizagens.

Afirmam, por fim, os autores da resenha que a obra é um guia prático sobre avaliação formativa e construção de portfólios.

Entendemos que o conjunto de trabalhos e pesquisas ora expostos oferecem subsídios e apoio para outros pesquisadores meditem e conjecturem sobre a Educação Básica e publicizarem os saldos e os produtos de suas investigações, pois são as ponderações promovidas desencadeadas por elas que alavancam e dão novas configurações das ciências.

Boa leitura!

Editores

Elaine Teresinha Dal Mas Dias¹

Patrícia Ap. Bioto²

Carlos Bauer³

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas; BIOTO, Patrícia Aparecida; BAUER, Carlos. Editorial. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 144-150, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n2.25707>

¹  Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, Brasil. elaine.mas@uni9.pro.br

²  Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, Brasil. patricia.bioto@uni9.pro.br

³  Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, Brasil. carlosbauer@uni9.pro.br